

Geral
EDUCAÇÃO

O dia dos protestos

Servidores estaduais de várias categorias protestando na praça da Sé, professores da rede oficial se reunindo na praça da República e pais e alunos de escolas particulares se dirigindo ao Conselho Estadual de Educação (CEE). Professores e servidores depois se uniram em frente à igreja da Sé, reivindicando melhores salários e criticando juntos o governo Quérucia — no que tiveram a ajuda da candidata do PT à prefeitura, Luiza Erundina (ao lado).

Se não conseguirem o que pedem, os servidores vão organizar uma greve geral para a segunda quinzena de setembro. A reclamação dos pais ao CEE é antiga: abusos no reajuste das mensalidades das escolas particulares.

O ato público pelo "Dia Nacional de Luta do Funcionalismo Público" reuniu cerca de duas mil pessoas na praça da Sé. Quase ninguém se empolgou. Mas sobram humor e discursos políticos.

Humor de uma mãe-de-santo que se juntou à manifestação para dar sua opinião: solução para esse nosso caos, só com a ajuda dos orixás. E a política dos discursos mantidos pelos oradores, especialmente da candidata à prefeitura de São Paulo, Luiza Erundina, que incluiu o protesto em seu calendário de campanha pelo Partido dos Trabalhadores.

Faltou funcionário, mas as entidades representativas compareceram em massa. Principalmente a Associação dos Servidores da Universidade de São Paulo (Asusp).

Entre as frases para animar todos, uma denunciava "a repressão da polícia de Quérucia, que pôs os cavalos contra os servidores".

Mas Beatriz Pardi, vice-presidente da Apéoesp — associação dos professores —, não via desânimo no ato público. Prevvia que "tudo isso vai crescer contra o Quérucia e contra todos", dizendo que o funcionalismo estadual pode entrar em greve geral já no próximo mês — e na segunda quinzena, quando todas as categorias já terão realizado suas assembleias.

URP

O protesto na Sé só foi engrossado com a chegada dos professores, que primeiro realizaram manifestação na praça da República, onde promoveram o "Dia Nacional de Luta em Defesa da Escola Pública". A organização ficou por conta de quatro entidades: Apeoesp, Centro do Professorado Paulista (CPP), União dos Diretores do Magistério Oficial (Udemo) e Associação dos Funcionários e Servidores da Educação.

Aproveitando a defesa da escola pública, os professores reivindicaram a reposição das perdas salariais a partir de junho passado — seriam 87% — e a inclusão da URP no cálculo de reajuste dos funcionários públicos. Nelson Frateschi, diretor da Apéoesp, diz que essas reivindicações já foram apresentadas ao governo em junho, mas não houve resposta.

Hoje, representantes das quatro entidades se reúnem com Alberto Goldman, da Coordenação de Programas Especiais do Governo, para negociar. Se os professores não forem atendidos, adianta o diretor da Apeoesp, a categoria vai realizar uma assembleia no dia 17 de setembro para deflagração da greve.

Se isso acontecer, praticamente todo o estado viverá então a situação de ontem na Baixada Santista: para comemorar o "Dia Nacional de Luta em Defesa da Escola Pública", a Apeoesp conseguiu paralisar cerca de 70% das 160 escolas estaduais da região. No final da tarde, os professores realizavam ato público na praça Mauá, em Santos, protestando contra a política de ensino do governo Quérucia, pela reposição da URP e contra uma ordem da Polícia Militar limitando o uso do carro de som, que estava parado sobre uma calçada.

No Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso do Sul o magistério já está em greve. No Paraná, por exemplo, o governador Alvaro Dias se recusou ontem a receber no Palácio Iguaçu uma comissão de pais de alunos da rede estadual que tentava interceder a favor da abertura das negociações entre o governo e os 65 mil professores do estado, em greve desde o último dia 5.

O presidente das Associações de Pais e Mestres (APM) do Paraná, Edison Silva, que coordena a comissão que ontem tentou falar com Alvaro Dias, afirma que as cerca de 300 APMs do estado, representando 200 mil pais de alunos e 1,2 milhão de estudantes, apoiam integralmente a reivindicação do magistério público: obter a fixação do piso salarial em oito salários de referência — hoje ele está em três.

"Sobrevivência"

Salários baixos eram a principal reclamação entre os professores que foram ontem à praça da Sé. Paulo Sérgio Pellegrine, professor de História da EEPSP Marechal Deodoro, no Bom Retiro, mostrava-se como um exemplo típico da maratona que a categoria tem de fazer diariamente para poder sobreviver. No primeiro semestre ele dava aula em quatro escolas. Hoje está "mais tranquilo" — leciona em três, uma estadual e duas particulares, num total de 47 horas/aula por semana e Cz\$ 120 mil por mês.

"Minha grande sorte é que sou solteiro", diz, demonstrando bom humor diante de uma situação que, além de lhe render pouco, o obriga a tomar vários ônibus todos os dias. "Também não posso me dar ao luxo de morar sozinho", acrescenta.

Wagner Tertuliano Lima, professor que dá aulas na mesma escola em que Paulo Sérgio, também leciona em três colégios, mas é casado, tem dois filhos e paga aluguel. O que, matematicamente, não lhe deixaria viver: ele recebeu Cz\$ 82 mil no mês passado e seu aluguel foi de Cz\$ 80 mil.

"Não fosse o salário complementar de minha esposa, que graças a Deus não é professora, não daria para viver", afirma. Wagner diz que se a situação da categoria continuar desse jeito dificilmente ele conseguirá dar entrada em um apartamento, o que vem tentando com suas economias há cinco anos. Pior: sem casa própria, nem carro próprio. Wagner teve de vender seu Fiat ano 80 porque não tinha condições de mantê-lo.

Mensalidades

Descontentes também estão os pais que mantêm seus filhos em escolas particulares. Ontem, cansados da situação dos aumentos das mensalidades e com a ausência de fiscalização por parte do Conselho Estadual de Educação (CEE), representantes da Associação Intermunicipal de Pais e Alunos do 1º ao 3º Grau da Rede Pública e Privada de Ensino entregaram ao presidente do órgão, Jorge Nagle, um documento solicitando várias medidas urgentes.

Além do documento, a associação apresentou provas, como carnês, de abusos na cobrança das mensalidades. O presidente do conselho disse que as provas eram importantes e pediu para que tudo fosse

Foram três: servidores na praça da Sé, professores na praça da República e de pais e alunos junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE). Professores e servidores depois se uniram em frente à igreja da Sé, reivindicando melhores salários e criticando juntos o governo Quérucia — no que tiveram a ajuda da candidata do PT à prefeitura, Luiza Erundina (ao lado). Se não conseguirem o que pedem, os servidores vão organizar uma greve geral para a segunda quinzena de setembro. A reclamação dos pais ao CEE é antiga: abusos no reajuste das mensalidades das escolas particulares.



Praça da Sé: dois mil servidores.



prototolado no CEE. A associação vai aguardar 30 dias. Se não tiver respostas, vai entrar com um mandado de segurança pedindo a destituição do atual conselho.

O coordenador geral da associação, Antonio Carlos Alves de Araújo, leu para os integrantes do conselho os itens do documento. Antes da leitura, porém, ele ressaltou que a vinda dos representantes ao CEE não foi com a intenção de "criticar e brigar", mas sim procurar solucionar, junto com as autoridades, a situação que envolve as mensalidades escolares.

O primeiro tópico apontado pela associação se refere ao decurso de prazo — as planilhas que não forem analisadas pelo CEE no prazo de 60 dias terão seus pedidos automaticamente, aprovados. A associação pede para que o conselho se coloque contra essa medida que, segundo o documento, "vem agravar o problema dos reajustes das mensalidades escolares".

A omissão na fiscalização dos encargos educacionais pelo conselho, que deveria realizar o cumprimento do Decreto nº 95.921, de 14 de abril, que estabelece critérios para o reajuste das taxas e encargos, segundo Antonio Carlos, vem causando abusos na cobrança das mensalidades. No documento, a associação exige que o CEE cumpra suas obrigações e que fiscalize, bu delegue competência a outros órgãos, como Sunab ou Procon, para o cumprimento da legislação.

A correção monetária e os juros prorata die, instituídos pelo conselho através da deliberação 07/88, cobrados sobre as parcelas das mensalidades em atraso, de acordo com o documento, "vem acarretando peso maior no orçamento de pais e alunos". Nesse terceiro tópico, Antonio Carlos lembrou que a deliberação estabelece que o aluno não pode ser impedido de frequentar aulas e fazer provas enquanto a questão dos encargos educacionais estiver na Justiça. Ele citou o caso da FMU, que, mesmo com alunos questionando o valor das mensalidades na Justiça, cobrou Cz\$ 197.176,00 para que eles realizassem as provas.

E MAIS:

PROFESSORES — A partir do próximo dia primeiro as universidades federais já poderão contratar professores para ocupar as vagas que surgiram desde o último dia primeiro de abril. Esta foi a conclusão das negociações entre técnicos da Secretaria Geral do MEC e da Secretaria de Planejamento, encerradas ontem em Brasília. Segundo Eduardo Coelho, presidente do Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), um levantamento feito pelo próprio Crub concluiu que desde o início do ano passado até o primeiro semestre deste ano já existiam cerca de 1.860 vagas nos 35 estabelecimentos de ensino superior da rede federal.

COMUNIDADE — A Universidade de Brasília pulou a cerca que afastava a comunidade da vida acadêmica para invadir outro campus: as cidades-satélites de Ceilândia e Novo Gama e a favela do Paranoá. Sem assistencialismo, a UnB está promovendo a alfabetização de adultos, a resolução de pequenas causas judiciais, saneamento e estudos sobre a fixação dos favelados. Mas também tem aprendido com a sabedoria da Medicina popular e a organização da população. Os três anos desta aproximação, e os resultados da experiência permitida com a posse do primeiro reitor eleito da UnB, o economista Cristovam Buarque, serão discutidos a partir de hoje por alunos, professores e líderes comunitários.

As universidades federais poderão contratar já no próximo mês professores substitutos para ocupar as vagas desocupadas a partir de abril último. Este foi o resultado das negociações entre os técnicos do Ministério da Educação e da Secretaria de Planejamento da Presidência (Sepplan), e a portaria interministerial será assinada até amanhã. A decisão não agradou ao presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Eduardo José Pereira Coelho, que lutava pelo preenchimento das vagas desocupadas desde janeiro de 87.

"Ao todo, são 1.826 vagas em todas as 35 universidades federais. A substituição dos professores que deixaram o emprego a partir de abril deste ano não resolve o problema", disse o reitor da PUC de Campinas e presidente do Crub.

Calcula-se que são, no máximo, 700 as vagas desocupadas — por demissão, aposentadoria, morte ou pedido de licença — a partir de abril de 86. Em média, cada universidade está precisando contratar de 30 a 70 professores, segundo Eduardo Coelho. Algumas estão vivendo situações emergenciais — como a Federal do Mato Grosso do Sul, cujo curso de agronomia está paralisado desde o primeiro semestre, por falta de docentes.

O presidente do Crub informou que obteve do ministro da Educação, Hugo Napoleão, a promessa de que irão juntos ao presidente da República, José Sarney, "reivindicar politicamente" a reatratividade da portaria para janeiro de 87.

ANTÔNIO
Úlcera, gastrite, má digestão?
Isola. Tel. 270.5861.

IDENTIFIQUE-SE COM O ORIGINAL:
ACESSÓRIOS
olivetti